

A ESCRITA E O ENVIO DE CARTAS DO GOVERNADOR-GERAL FRANCISCO BARRETO (1657-1663)

Caroline Garcia Mendes*
(Universidade de São Paulo – USP)

Resumo: Nos últimos anos, temos visto a crescente discussão historiográfica acerca da cultura epistolar iniciada na Idade Moderna. Diversos autores têm demonstrado a importância desse rico material para a compreensão da comunicação e da administração no além-mar. Este artigo visa, assim, discorrer sobre a importância da correspondência na administração portuguesa no século XVII. Para tanto, pretendemos analisar as cartas enviadas pelo governador-geral Francisco Barreto para oficiais no interior do Estado do Brasil e para o reino entre os anos de 1657 e 1663. Com essas cartas, pretendemos demonstrar as maneiras como um oficial português enviava e recebia sua correspondência, além de discorrer sobre as redes de informação que se formavam entre a Europa e a América portuguesa do período.
Palavras-chave: correspondência; governo-geral; Brasil colônia; Francisco Barreto

Abstract: In the last few years we have seen in our historiography the increased importance given to the epistolary culture initiated in the Modern Era. Several authors have demonstrated that this material is fundamental to understand the communication and administration overseas. This article aims at analyzing the importance of this correspondence in the Portuguese administration during the 17th century. In order to do this, we intend to analyze the letters sent by the general governor Francisco Barreto to officers in the interior of the State of Brazil and to Portugal, between 1657 and 1663. We also intend to demonstrate the different manners of a Portuguese officer sent and received his correspondence, and understand the networks of information that linked Europe and the Portuguese America during these years.
Keywords: correspondence; general governor; Colonial Period; Francisco Barreto

“Aqui me chegaram de ficar Vossa Mercê nesse Recife, e enfermo, eu o inferi assim de não ter carta sua com este correio. E sinto tanto a falta dela.”¹ Foi dessa forma que Francisco Barreto, governador-geral do Estado do Brasil entre os anos de 1657 e 1663, iniciou sua carta ao já conhecido companheiro de batalhas contra os holandeses, João Fernandes Vieira. Ele escreveu ainda que “Vossa Mercê me faça de me enviar mui boas novas suas; porque sempre as estimei como devia”. Enviar as novas, fazer pedidos, cobrar resultados e mantimentos, reforçar jurisdições... Em um período de embarcações escassas e viagens por terras ainda desconhecidas, as cartas eram o único meio de transpor distâncias e fazer-se ouvir pelas novas possessões portuguesas.

Este artigo tem, assim, o intuito de discorrer sobre a importância das cartas no período colonial brasileiro, tratando especificamente da correspondência do governador-geral Francisco

Barreto. Nosso intuito é demonstrar como os indivíduos do período, em particular o governador, valiam-se de diferentes meios para que ordens e informações chegassem a destinos também díspares. Ainda que longe da existência de um correio sistematizado, pretendemos demonstrar que não só havia comunicação entre o norte e o sul do Brasil, como esta ainda acontecia com certa frequência. E, para tanto, convém analisar brevemente o valor da cultura epistolar na época moderna.

As cartas na época moderna: a importância das conversas de papel

A escrita epistolar foi o meio encontrado pelas monarquias ibéricas para administrar e se informar sobre seus territórios. A troca de cartas era de fato um meio de comunicação comum, capaz de vencer distâncias e tornar as pessoas presentes.

Antonio Castillo Gómez destaca a importância das cartas no período, afirmando que a correspondência escrita se transformou em um dos mais efetivos instrumentos de comunicação da sociedade dos séculos XVI e XVII: “do escritório dos governantes aos escritórios das pessoas de letras, passando por algumas salas de casas mais humildes, muitas foram as situações e os lugares que logo se viram surpreendidos pela chegada de um mensageiro ou de um cavaleiro portando novidades”.² Para o historiador, foram duas as principais razões que levaram a maior produção e extensão social da correspondência escrita: a primeira seria o indescritível crescimento da alfabetização no período e, a segunda, “circunstâncias próprias daqueles dias, tais como a mobilização por causas militares e, em particular, a avultada emigração a terras americanas”.³ Gómez descreve ainda a escrita de cartas como uma “busca pelo interlocutor”, que reclama a presença da pessoa ausente e preserva os vínculos na distância, configurando um espaço por meio do qual se expressam e se desenvolvem as identidades pessoais, familiares e sociais.⁴

Adriana Angelita da Conceição, em sua tese de doutorado, trata ainda as cartas da Idade Moderna como representação do remetente em *corpo* e *voz* diante do destinatário. A correspondência, assim, “uniu distantes, viabilizou governos ultramarinos e excedeu as necessidades de comunicação”.⁵

De acordo com Fernando Bouza, não saber escrever não era motivo para não utilizar esse meio de comunicação, já que tinha acesso às cartas quem pudesse pagar por elas.⁶ Ainda segundo o autor, as cartas eram um substituto da voz, que permitiam falar e ouvir aos ausentes, mantendo conversas de papel.⁷ Ele descreve também a contínua busca a escriturais, localizados

em praças públicas, tendo o largo do Pelourinho Velho, em Lisboa, abrigado as escrivatinhas de escritores de qualquer gênero de carta.⁸ Tiago Miranda e João Lisboa também falam desses escrivães, afirmando que desde a primeira metade do século XVI e por mais de cem anos, “houve de dez a doze escrivães com bancas montadas, sob licença da Câmara, com a função de atender a todos aqueles que precisassem do seu apoio na arte da escrita”.⁹

Tratando especificamente do Império português, podemos dizer que a escrita de cartas foi, como afirma Marília Nogueira dos Santos, elemento fundamental de coesão. As distâncias eram grandes, mas podiam ser minimizadas pelo envio da correspondência pelos oficiais.¹⁰ As várias partes do império se comunicavam por meio das cartas, trocando experiências e notícias do reino. De acordo com Ronald Raminelli, “era por meio de papéis que o monarca tomava conhecimento das terras, traçava estratégias para posse e efetiva exploração”. Assim, os vassallos na América portuguesa eram responsáveis por produzir um conhecimento necessário à manutenção dos domínios da metrópole, viabilizando o governo à distância.¹¹ Conheceremos um desses oficiais, que foi governador-geral do Estado do Brasil na segunda metade do século XVII e enviou mais de trezentas cartas oficiais por matas e mares, para se fazer ouvir nas diferentes partes do Império.

O governador-geral Francisco Barreto e o envio e recebimento de cartas de Lisboa

As informações sobre as origens de Francisco Barreto não são totalmente conhecidas. Sabemos que nasceu no Peru por volta de 1618, e, cerca de vinte anos depois, estava na Bahia, servindo ao rei de Portugal nas batalhas contra os holandeses.¹² No reino, lutou nas fronteiras lusitanas pela Restauração portuguesa, quando, pelos bons serviços prestados nessas batalhas, foi novamente enviado ao Estado do Brasil, a fim de enfrentar mais uma vez os holandeses, agora em Pernambuco. Com a expulsão dos invasores no ano de 1654, Barreto assumiu o governo de Pernambuco e, logo depois, foi nomeado governador-geral do Estado do Brasil. O tempo de sua administração, comum nas cartas patentes enviadas aos governadores, estipulava três anos ou mais, se necessário. E de fato foi. Barreto, mesmo desejando retornar ao reino ainda na época que servia em Pernambuco, permaneceu por seis anos em Salvador, deixando o ofício apenas em 1663, quando regressou a Portugal e, já rico, foi nomeado para outros cargos.¹³

A expulsão dos holandeses rendeu a Francisco Barreto um dos ofícios mais importantes do Império português do período. Mafalda Soares da Cunha possui um extenso trabalho sobre os oficiais portugueses no além-mar e explica que, na segunda metade do século XVII,

hierarquicamente, os vassallos que serviam na Índia ainda possuíam maior estima, “depois seguiam-se as presidências de conselhos ou postos cimeiros do reino e do Algarve. A seguir, apareciam o governo-geral do Brasil [...]”.¹⁴ Além disso, a historiadora demonstra que a nomeação desses governantes partia de critérios e méritos predefinidos pela Monarquia e também de decisões individuais de seus oficiais, sendo “influenciada pelo resultado das negociações sobre mercês que o governante indigitado iniciava antes de aceitar o cargo e pela situação concreta em que se encontrava o próprio território”.¹⁵

Nesse sentido, encontramos Francisco Barreto inserido em uma rede de relações e prestações de serviços essenciais para a manutenção de sua Casa em Portugal, uma vez que a sociedade era baseada não em riquezas individuais, mas em benefícios para as próprias famílias. De acordo com Nuno Gonçalo Monteiro, não podemos nos esquecer de que “o *ethos* da aristocracia de corte deve ser apreendido partindo de duas dimensões fundamentais e da forma como foram representadas no período considerado: as ideias de casa e de serviço ao rei”.¹⁶ Se, ao final de seu governo, Francisco Barreto entendia estar “sepultado no Brasil”,¹⁷ ele sabia, porém, que “a casa e a disciplina da casa traduziam-se em primeiro lugar, num conjunto de deveres que se estendiam a todos quantos nela tinham nascido”.¹⁸

Durante os seis anos em que esteve no ofício central da América portuguesa, esse governador-geral escreveu centenas de cartas tanto ao rei como aos demais governadores, capitães-mores, militares e oficiais instalados em diferentes regiões do Estado do Brasil. É desse conjunto de cartas que trataremos aqui.

As embarcações foram o meio encontrado para o envio e recebimento de missivas no Brasil, não só de Portugal como do interior da própria colônia. A respeito delas, Luiz Felipe de Alencastro nos informa que, para o início do século XVIII, havia um calendário marítimo preciso, uma “janela” sazonal delimitada, que obrigava as embarcações a sair de Lisboa entre os dias 15 e 25 de outubro para chegar ao Recife dois meses mais tarde. A volta era prevista para abril, para chegada a Lisboa em julho. O historiador nos informa ainda que “fora desses prazos, o tempo de cada uma das etapas dobrava – no mínimo –, com o aumento exponencial do risco da tripulação”.¹⁹ Se as datas mencionadas por Alencastro eram as ideais, veremos que no período do governo-geral de Francisco Barreto dificilmente os prazos eram cumpridos. O tempo entre a chegada e a partida de uma informação, como demonstraremos, era balizado pela agilidade dos marinheiros e dos homens de negócios, pelos ventos e pelas correntes marítimas.

Um pouco antes do período analisado por Alencastro, no ano de 1680, o então príncipe Dom Pedro escreveu ao governador-geral Roque da Costa Barreto para tratar dos “danos e

embarços que resultam a meu serviço de chegarem as frotas do Brasil a este Porto juntas em um mesmo tempo”, estabelecendo a partir daquela data novos períodos para as embarcações deixarem o reino e também retornarem a Lisboa.

Partindo daqui os comboios para o Rio de Janeiro em novembro e dezembro e de lá em fim de maio para chegarem aqui em julho e agosto; o da Bahia em janeiro e fevereiro, e de lá por todo o junho para poderem vir a este porto em setembro e outubro, e para Pernambuco parta daqui em junho e julho e de lá em dezembro e janeiro para poder entrar aqui em março princípio de abril.²⁰

O documento encontrado pelo historiador e a carta enviada a Roque da Costa Barreto pelo rei informam datas diferentes, o que revela que a questão era frequentemente modificada, conforme as necessidades de cada período.

O historiador A. J. R. Russel-Wood explica que houve tentativas da coroa de estabelecer escalas fixas de navegação nos anos de 1632 e 1690, mas tais medidas foram ignoradas pelos comandantes, que preferiam “navegar em pequenos grupos a fazê-lo em frotas”.²¹ O historiador esclarece ainda que uma travessia de Lisboa para Salvador demorava em média setenta dias, sendo que o regresso durava cerca de oitenta e quatro; acrescentando as estadias em portos brasileiros, uma viagem de ida e volta duraria cerca de sete ou oito meses.²² E é em um intervalo como esse que devemos pensar quando lidamos com a comunicação entre Lisboa e Salvador no século XVII.

Com essas datas pretendemos nos aproximar do que poderia também ocorrer algumas dezenas de anos antes, no período proposto por este trabalho. Infelizmente, não tivemos a sorte de Francisco Barreto tratar em alguma de suas missivas da época em que as frotas vinham e depois retornavam à Europa, mas algumas anotações de envio, indicadas no início das correspondências, são bastante esclarecedoras em relação à frequência das cartas para o rei.

Se, na época de Roque da Costa Barreto, as frotas da Bahia partiam em junho, no período do governo-geral de Francisco Barreto as frotas normalmente partiam entre os meses de agosto, setembro e outubro. Há, porém, outro período de envio de cartas, no início do ano, entre fevereiro e março, como podemos ver no quadro abaixo. O problema de reconstruir tal cronologia reside no fato de que ou algumas cartas não se encaixam em um conjunto maior de datas próximas, o que provavelmente indica que o envio foi feito de outra forma (por Pernambuco, por exemplo), ou quando Barreto (ou o secretário Bernardo Vieira Ravasco) não indica quem as levou ou as datas que partiram nos navios.

Das cento e dez missivas analisadas que foram enviadas à Coroa durante seu governo-geral, estabelecemos os conjuntos a seguir. Algumas possuem data de envio, outras apresentam

apenas datas muito aproximadas e que possivelmente foram enviadas nas mesmas embarcações. As cartas que não possuem tal indicação foram marcadas apenas com o mês do possível envio.

Quadro 1:

Intervalos de tempo das cartas enviadas a Portugal por Francisco Barreto (1657-1663)			
Ano	Datas	Indicação das frotas e comandantes	Qtd.
1657	08/ago	Primeira via com o galeão Nossa Senhora do Populo; segunda via com o Mestre da fragata de Salvador Correa; terceira via com Assenso Martins	11
1657	24/ago	Primeira via com a Capitaina; segunda via com a Almiranta da Junta	4
1658	13/mar	Primeira via com a fragata Mestre e Capitão Estevão Coronel; segunda via na nau Inglesa casar (sic) Capitão Heçon Walence; terceira via na nau Nossa Senhora dos Remédios Capitão Manuel Duarte	7
1658	03/out	[uma carta de outubro possui a seguinte indicação “E como amanhã partem os navios ingleses, não pode ir mais que a primeira via”. O restante das cartas são do mês de setembro]	13
1659	22/fev	Primeira via na nau caravela Mestre Estevão Luis; segunda via com Bento Martins, na nau São Francisco; terceira via com o Mestre Domingos Roiz Pereira	6
1659	junho	Primeira via com o Mestre Estevão Marques	1
1659	setembro	Primeira via na Capitaina da Companhia Geral Mestre Manuelo Marques; segunda via na Almiranta Mestre Domingos Fernandes Barradas; terceira via em Domingos Fernandes do Cais [cartas de agosto e setembro]	8
1660	março	[cartas de março]	6
1660	16/set	Primeira via na nau inglesa Mestre Thomás Bretão; segunda via no navio do Mestre Felipe de Matos; terceira via com o Mestre Gaspar Ferreira Henrique	6
1661	fevereiro	[cartas de fevereiro]	5
1661	julho	“Primeira e segunda vias nas mesmas naus Inglesas” [cartas entre abril e julho]	12
1662	24/mai ²³	Primeira via com o capitão Vila Nova; segunda via com o mestre da nau caravela [D.os] Roiz Pereira; terceira via com o Capitão Estevão Coronel na fragata São Francisco	17
1662	02/out	Primeira via na nau S. Mestre Manoel Soares Morim	4

Fonte: DHBN, volume 4 e BNRJ, Sessão de manuscritos. Códice II-30,29,007 nº012.

Em duas das cartas, há ainda indicação dos meses de novembro e dezembro de 1657 (portanto, longe do envio daquele ano, em agosto) de que “foi por três vias remetida a Pernambuco ao mesmo Antonio Jacome” e “Remeteu-se-lhe [a Bento Bandeira de Melo] a primeira, segunda e terceira via de Pernambuco”.²⁴ Ou seja, por se tratar dos mesmos Antônio

Jacome e Bento Bandeira de Melo, as cartas enviadas à Sua Majestade seguiam a Pernambuco para esses vassallos e de lá iriam a Lisboa. Outras missivas nomeando oficiais em postos vagos também possuem datas diferentes dos conjuntos encontrados no quadro, o que indicaria que a prática do envio das cartas a Pernambuco era comum.

Pensamos, porém, que de fato as ordens recebidas por Barreto eram de que as embarcações saíssem de Salvador no mês de maio, devido aos pedidos, já impacientes, encontrados na portaria de maio de 1661:

Porquanto havendo eu mandado lançar um bando em 3 de abril próximo passado, que até 25 do presente estivessem carregados, e aparelhados para poderem partir todos os navios mercantes que haviam de acompanhar a Armada do comboio, [...] e tendo-se hoje acabado o prazo, se acham muito incapazes de partir, pelo pouco numero, de caixas que até o presente receberam [...]²⁵.

Oito dias depois, a portaria de Barreto demonstrava ainda sua insatisfação com os ditos “homens de negócios” de Salvador, pois afirmava que

havendo eu mandado passar várias ordens para estarem carregados os navios que neste porto se achavam para acompanhar o comboio: os homens de negócio se houveram com tanta omissão que na execução delas, e em particular em dar carga a nau Genovesa grande São José, e ao galeão São Lourenço, que me representaram os seus capitães Antonio Ferreira e Bernardo Teixeira, se achavam sem ela para poderem seguir viagem. E sendo estes dois baixéis dos de mais importância de comboio, e que por essa causa farão muita falta à segurança da frota [...]²⁶.

Haja vista a insatisfação do governador-geral com o atraso dessas frotas, as portarias de Barreto confirmam assim a necessidade de os navios seguirem em comboios. Como podemos ver no quadro, as embarcações no ano de 1662 não saíram com atraso. Se suas ordens eram de que todas saíssem no mesmo mês de maio, ao que tudo indica apenas nesse ano o prazo foi cumprido.

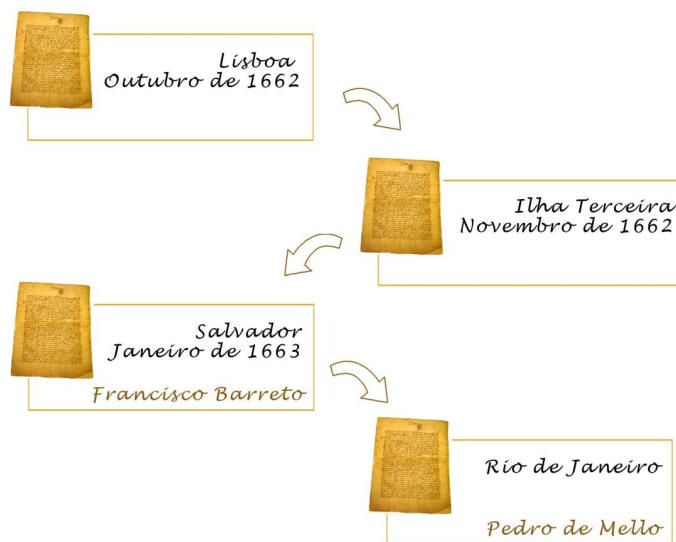
Infelizmente, pouco pode ser desvendado a respeito das pessoas e embarcações que transportavam as cartas até Lisboa. O testamento de Francisco Barreto, contudo, nos dá algumas pistas sobre sua influência nessas frotas, ou ao menos de seus ganhos com elas. Nas cláusulas 57 e 58 constam indícios de que Barreto era um dos proprietários das fragatas São Francisco e Rainha dos Anjos, das quais eram capitães respectivamente os mestres Estevão Coronel e Henrique José.²⁷ Se voltarmos ao quadro, podemos ver que Barreto fazia uso com certa frequência da fragata São Francisco, da qual possuía a quarta parte. Em uma das missivas do conjunto enviado em maio do ano de 1662, encontramos ainda a seguinte observação ao final:

me resolvi a despachar logo este aviso por três vias, na fragata de que é capitão Henrique José, envio caravela de que é mestre Domingos Rois que partem com a fragata de que é Capitão Estevão Coronel a quem Vossa Majestade foi servido conceder licença para ir fora do comboio, e as mando por Pernambuco como carta minha.²⁸

Isso demonstra não só a utilização de embarcações das quais Barreto recebia parte dos ganhos para envio das cartas, como também a autorização especial que essas fragatas possuíam para ir até Lisboa fora do comboio. Mesmo que naquele período já houvesse regras para as idas e vindas das frotas, vemos que essas duas fragatas possuíam certo “acesso livre” aos portos entre o Estado do Brasil e Lisboa, o que dificulta ainda mais uma sistematização desses envios.

Uma carta enviada no fim de seu governo-geral, em janeiro de 1663, nos ajuda a vislumbrar como se dava a comunicação entre Lisboa e suas colônias, evidenciando a comunicação entre as possessões portuguesas e o tempo que as informações levavam para atravessar o Atlântico. As notícias a respeito das batalhas entre Portugal e Espanha despertavam a curiosidade dos vassalos e percorriam grandes distâncias: “Da Ilha Terceira, escrevem a 2 de Novembro que tiveram cartas de Lisboa feitas a 10 de outubro e se diz que nossa Armada botara gente nas Rias [e] tomara a cidade de Tuy: sitiara outra força: que El-Rei de Castela era morto”.²⁹ Na tentativa de demonstrar a dinâmica dessa circulação, elaboramos o organograma a seguir.

Organograma: A circulação da informação pelo Atlântico



FONTE: DHBN, vol. 5, p. 192. “Carta para o Governador Pedro de Mello acerca das patentes, e soldo, e novas que vieram do Reino”. Bahia, 20 de janeiro de 1663.

Por meio de tal carta, podemos perceber que a circulação de notícias podia ser relativamente rápida entre as colônias e que havia comunicação entre a Ilha Terceira, próxima a Portugal, e Salvador, no Brasil – provavelmente realizada por meio das embarcações que levavam mantimentos e mercadorias. Chegando à Bahia, Francisco Barreto despachava as novas que vinham de diferentes embarcações para os demais vassallos do Brasil, como quando informou a Salvador Correa de Sá e Benavides que “as novas que posso dar a Vossa Senhoria do mundo, e que aqui chegaram em duas naus inglesas, e ultimamente, em um Patacho que saiu de Lisboa em 20 de Agosto, são estar El-Rei de Inglaterra restituído a sua coroa”.³⁰

Vimos ainda que, em seu primeiro mês em Salvador, Barreto escreveu ao governador de Pernambuco o seguinte: “de Cabo Verde chegaram as novas que refere na cópia inclusa, e se bem creio que já deve ter entrado nesse porto a mesma caravela que a deu naquela Ilha, a contingência de Vossa Senhoria pode deixar de ter lhe as envio”.³¹

Essas missivas ilustram, assim, parte da dinâmica da comunicação entre as colônias e o reino, demonstrando que as informações percorriam longas distâncias mais rápido do que poderíamos supor.

Acerca da escrita dessas cartas e o formato que assumiam, é preciso fazer algumas considerações.

Em “Carta para Sua majestade acerca da taxa dos açúcares, que Sua Majestade mandava impor”,³² enviada por Barreto ao rei menos de um mês após sua chegada a Salvador, podemos vislumbrar a estrutura do documento e a dinâmica dos envios. Em primeiro lugar, Barreto informa *como* a missiva fora enviada, escrevendo logo no início que “foi a primeira, segunda e terceira via com os mesmos” (ou seja, foi enviada da mesma forma que as cartas anteriores).³³ Em seguida, retomou a missiva enviada antes pela Coroa e escreveu: “Por carta de 22 de novembro passado, que acompanhou uma cópia de outra de Vossa Majestade escrita em 30 de dezembro de 655 acerca da resolução, que Vossa Majestade foi servido tomar sobre a demissão dos gêneros da Companhia Geral (...)”.³⁴ O governador-geral depois explica que fora o Conde de Atouguia, oficial anterior, quem recebera a carta de Sua Majestade, mas que o Conde já havia enviado às capitâneas as informações necessárias, faltando naquele momento as respostas dos ditos capitães-mores. Por fim, Barreto escreveu que “se as respostas das Câmaras do Estado vierem a tempo as remeterei na frota, bem que entendo devem as do Rio de Janeiro, e Pernambuco responderem nela a Vossa Majestade, ainda que não encaminhem as vias pela do Governo”.

Assim, percebemos que havia diferentes maneiras de as informações chegarem ao reino: as cartas poderiam ser respondidas ao governo-geral e ele as encaminhava aos conselheiros reais, ou os capitães-mores e governadores das demais capitânias enviavam a correspondência diretamente a Lisboa.

O formato de carta que possui algumas partes preestabelecidas – como saudação, retomada da carta anterior, pedido e despedida – é bastante encontrado no período, sendo seguido por Francisco Barreto na maioria das vezes (em especial nas missivas enviadas ao reino). A correspondência aos oficiais do interior da colônia, porém, muitas vezes não contava com todas essas informações, sendo mais objetivas e curtas que as que atravessavam o Atlântico.

As informações no interior da colônia: meios de se fazer ouvir

O outro conjunto de cartas compreende as que Francisco Barreto escreveu para os demais vassallos no interior do Estado do Brasil. Ao contrário das cartas para o rei, que atualmente podem ser encontradas em diferentes fundos, as missivas destinadas aos demais administradores e militares da América portuguesa foram todas publicadas nos *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*, nos volumes três, quatro, cinco e oitenta e seis (cartas à Câmara da Bahia).³⁵

Mais uma vez, Francisco Barreto não trata nas cartas sobre um correio no Estado do Brasil ou sobre como se dava o envio e recebimento da correspondência, mas, segundo o historiador Gabriel Almeida Frazão, já existia uma sistematização para o envio de cartas no período. De acordo com sua pesquisa, a primeira menção a um serviço de correio ocorreu em 1653, em uma correspondência da Câmara da Bahia, quando os vereadores escreveram ao rei para protestar contra um tributo cobrado em favor do correio-mor.³⁶ No ano de 1663, essa reivindicação volta a aparecer, e agora traz uma interessante descrição do funcionamento desse serviço.

Segundo a carta da Câmara de Salvador, as missivas oriundas de Lisboa chegavam em sacos, que eram pregados nas janelas do palácio, e dali as cartas eram recolhidas pelas pessoas, não havendo listas ou pagamento. No entanto, não só o pagamento dos tributos como também a maneira como o serviço passou a ser prestado – as cartas eram levadas para a casa do correio-mor – foram alvo de protestos da Câmara. A missiva reclamava ainda que o correio não cumpria sua obrigação de remeter as correspondências por terra, afirmando que a comunicação interna entre Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco ficava prejudicada.³⁷

O historiador, porém, elaborou sua discussão sobre os primórdios dos correios com base nas cartas da Câmara de Salvador, concluindo que o próprio padre Antônio Vieira enviava suas cartas por particulares. O que, tendo em vista os problemas mencionados, devia ser comum na época.

No entanto, se o assunto fosse de extrema urgência, o governador-geral podia enviar alguém especialmente para entregar a carta e, se possível, aguardar a resposta. Foi o que aconteceu na discussão entre Francisco Barreto e André Vidal de Negreiros, governador de Pernambuco, bastante conhecida pela historiografia colonial.³⁸ Quando Vidal quis transferir o governo daquela capitania para a vila de Olinda, Barreto escreveu uma longa missiva explicando os motivos pelos quais se opunha à ideia, afirmando ao final que “o soldado que há de dar a Vossa Senhoria esta carta com a Provisão de que se acompanha mando só a levá-la para me trazer com a brevidade possível a resposta de Vossa Senhoria. Vossa Senhoria se sirva despachá-lo só assim pela importância desta matéria”.³⁹ Apesar de não possuímos documentos específicos que tratem do envio de cartas no período por meio de indicações como essa, encontradas no interior das cartas de Francisco Barreto, poderemos discorrer sobre o envio e recebimento das cartas desse governador-geral.

Estas cartas normalmente eram finalizadas com o local da escrita, dia, mês e ano. Em todas as missivas, o local informado era a Bahia, exceto algumas enviadas para a Câmara da Bahia. Por se tratar da mesma cidade, o governador-geral colocava “Paço”, ou seja, a localização do Palácio dos Governadores em Salvador. O tempo do envio e recebimento desses documentos também era bastante diferente do restante da correspondência entre as demais capitanias, já que muitas vezes as ordens enviadas teriam de ser cumpridas nos dias seguintes, como em “vejo que Vossas Mercês me representam nesta sua carta de 21 do corrente acerca dos oficiais que convém haver para melhor dar-se a arrecadação dos tributos”, com resposta escrita no dia 22 do mesmo mês.⁴⁰ A Câmara da Bahia é o único destinatário de Barreto que conseguimos estabelecer naquela cidade, não sendo possível traçar um paralelo que evidenciasse a duração dos intervalos entre envio e recebimento de missivas por outras pessoas ou instituições.⁴¹

Quanto à comunicação com o sul do Estado do Brasil, podemos discorrer melhor acerca de algumas questões. Pudemos inferir que a correspondência, mantimentos e mesmo trabalhadores eram enviados para as capitanias do sul e, de lá, para Salvador, por meio de embarcações ou por terra. Os oficiais se valiam de todos os meios possíveis para alcançar seus objetivos. O capitão-mor de São Vicente, por exemplo, para enviar oficiais e indígenas solicitados por Francisco Barreto – no intuito de combater os bárbaros no Recôncavo da Bahia –

devia tomar “todas as embarcações que houver nessa capitania obrigando aos mestres a que todos carreguem no mesmo tempo, e os moradores das vilas lhes deem a carga para que partam juntos em frota”.⁴² Na falta de embarcações, o governador do Rio de Janeiro enviou a correspondência por mensageiros terrestres, pois Francisco Barreto escreveu ao oficial afirmando: “chegou o correio que Vossa Mercê me remeteu por terra”.⁴³

Muitas vezes, o governador-geral não dispunha de meios para enviar cartas a diferentes destinos, então recorria aos governadores e demais vassallos que recebiam uma missiva – normalmente o destinatário geograficamente mais próximo, ou de maior hierarquia – para que a enviassem a outro local.

Tanto que Vossa Mercê [governador da capitania do Espírito Santo] receber a carta que será com esta para o Governador Dom Luis de Almeida, lhe remeta Vossa Mercê por um próprio ao Rio de Janeiro o qual cobrará recibo de como lhe entregou em mão própria, e Vossa Mercê me enviará na primeira ocasião para ter entendido que se lhe deu.⁴⁴

Caberia assim ao governador do Espírito Santo enviar a carta ao Rio de Janeiro por um mensageiro próprio, que solicitaria um recibo, indicando a quem o mensageiro entregou a missiva – “mão própria” do governador do Rio de Janeiro, nesse caso –, e era esse documento que o governador-geral pedia que fosse enviado a Salvador, comprovando o recebimento das instruções.

Tendo em vista que essa carta é de 13 de julho de 1657, podemos ainda desconfiar de que as missivas dessa data partiram de Salvador com a mesma frota do dia 8 de agosto indicada em nosso quadro, embora não possamos afirmar com certeza devido à falta de menção dos meios pelos quais chegou ao Espírito Santo.

Sendo a capitania do Rio de Janeiro a mais importante do sul do Estado do Brasil e rota de Lisboa, era mais comum naquele período que as cartas fossem diretamente enviadas para lá e depois seu governador as despachasse para outras localidades. Quando escreveu ao governador do Rio de Janeiro, Pedro de Mello, no ano de 1662 (a administração da capitania do Rio de Janeiro contou com diferentes oficiais ao longo do governo-geral de Francisco Barreto, sendo Pedro de Mello o último deles), Barreto afirmou que “com esta vai um maço de cartas para a Capitania de São Vicente. Vossa Senhoria lhe mandará remeter por pessoa de confiança, e que o entregue à Câmara daquela vila, que importa muito ao efeito daquela matéria”.⁴⁵ As cartas para São Vicente de data aproximada, e que provavelmente faziam parte do “maço de cartas”, referem-se às contribuições necessárias para o casamento da rainha D. Catarina com o rei da Inglaterra e também à paz com a Holanda, disputa que onerou todo o Estado do Brasil por

muitos anos.⁴⁶ Foi Barreto o governador-geral que, por meio das cartas, informou as obrigações e valores de todas as capitanias quanto a essa contribuição. Como as frotas saíam do Rio de Janeiro, as cartas para São Paulo e São Vicente informavam que os gêneros da terra que seriam usados para saldar a dívida deveriam ser enviados para a primeira capitania.

A missiva destinada aos oficiais da Câmara da vila de São Paulo afirmava que

Vossa Mercê tanto que receber esta faça juntar a Câmara nobreza e povo, e a leia, dando em presença sua a carta que também envio com esta para a mesma Câmara, para que logo a imitação desta elejam pessoas que arbitrem o meio de se contribuírem os 4000 cruzados. E se for nos gêneros da terra se podem enviar à Capitania do Rio de Janeiro entregues aos oficiais reais para guardarem a ordem que tenho enviado ao Governador daquela praça.⁴⁷

Foram dezenas de cartas como essa enviadas para todo o Estado do Brasil no período. Cada uma com um valor diferente para a contribuição, de acordo com a produtividade da capitania.

Francisco Barreto se aproveitava de um ou outro oficial para que suas cartas chegassem ao destino. Se enviava cartas ao governador do Rio de Janeiro, pedia a ele que encaminhasse outras à vila de São Vicente. Se a missiva era destinada ao capitão-mor do Espírito Santo, solicitava que o oficial remetesse uma carta ao governador do Rio de Janeiro. Mais uma vez escreveu ao capitão-mor do Espírito Santo dizendo que

Por via do Rio de Janeiro escrevi a Vossa Mercê em resposta de todas as suas cartas por se não oferecer outra ocasião; agora serve esta de acompanhar a inclusa para o Governador daquela praça. Vossa Mercê a remeta logo e se não tiverem vindo as que escrevi a Vossa Mercê o correio que levar esta as trará; a elas me remeto, e neste barco vai a frasqueira escrevi a Vossa Mercê enviaria no primeiro.⁴⁸

Assim, se da primeira vez ele respondera às cartas daquele capitão “por via do Rio de Janeiro”, agora era o capitão quem deveria encaminhar uma carta ao governador daquela capitania, em um vai e vem baseado mais nas oportunidades de envio do que em algo fixo ou regular.

Encontramos ainda indicação de que a população da região possuía outros meios de enviar e receber informações. Charles Boxer menciona em seu trabalho que “durante sua estada em São Paulo, [Salvador Correia] esteve sempre bem informado sobre o desenrolar dos acontecimentos, provavelmente por meio dos jesuítas, que podiam se comunicar facilmente com o planalto por meio dos índios andarilhos e dos mensageiros de suas missões”.⁴⁹ Infelizmente, não possuímos mais informações acerca dessa dinâmica comunicação jesuítica.

Para as capitânicas do sul, como vimos, eram fundamentais as fragatas e embarcações para o envio das missivas. E como se dava a comunicação com as capitânicas mais próximas a Salvador? Elas eram geograficamente mais próximas, no entanto essa proximidade ainda podia significar uma distância de quase mil quilômetros e, quando assim, era certo que uma carta do Rio de Janeiro chegaria antes de uma da Paraíba, como demonstra o seguinte trecho de uma missiva de Barreto para essa capitania: “nesta sua carta de 16 de outubro, que me foi dada em fevereiro”.⁵⁰

De volta ao quadro, podemos perceber que não há indicação de frotas que tenham saído de Salvador durante o período e que poderiam ter passado pela Paraíba (e nossa preocupação é, na verdade, o percurso contrário, Paraíba-Salvador, do que nada sabemos). Não há menção de que as embarcações passassem por tal capitania – essa é, inclusive, a única carta enviada diretamente à Paraíba em todo o governo-geral de Francisco Barreto à qual tivemos acesso.

Quase quatro meses e uma distância de mil quilômetros (distância aproximada, tendo em vista uma viagem pelo litoral e por terra) podem indicar uma carta enviada via mensageiro terrestre, embora não haja menção aos meios usados para que a carta chegasse a Barreto (o que pode significar também uma longa espera por uma embarcação que passasse pela capitania).

Quatro meses também foi o tempo que Barreto levou para responder à carta que o ouvidor do Rio de Janeiro lhe enviou: “Desta carta de Vossa Mercê de 22 de outubro fiz toda a estimação que merecia”,⁵¹ cuja resposta data do dia 26 de fevereiro de 1658. A escassez de embarcações, contudo, fazia com que a resposta às vezes demorasse ainda mais, o que era justificado pelo próprio governador: “Recebi uma carta de Vossa Mercê feita em 22 de junho e como são poucas as ocasiões de barcos para esse Rio, não tive lugar de responder a ela até o presente [2 de janeiro de 1659] o que faço agora”.⁵²

As cartas dos meses de maio e junho de 1658, enviadas pelo governador do Rio de Janeiro, também só foram respondidas em janeiro de 1659:

São tão poucas as ocasiões que se oferecem de barcos para essa praça que havendo recebido cartas de Vossa Mercê de 20 de maio, e 25 de junho do ano passado, em resposta das que teve minhas, não pude até agora pela referida causa demonstrar a Vossa Mercê o grande gosto que tive com elas.⁵³

Aqui convém notar que não sabemos quando as cartas do Rio de Janeiro chegaram a Salvador, cabendo então analisar apenas o tempo que Francisco Barreto levou para respondê-las.

Na argumentação construída por Luiz Felipe de Alencastro, na qual lança mão de uma carta de Salvador de Sá para tratar da demora na comunicação de Lisboa com Rio de Janeiro e

Salvador – “a viagem Rio-Lisboa levava seis ou sete meses se fosse direta; mas tinha seu tempo *dobrado* quando passava pela Bahia”⁵⁴ –, entendemos ser mais um exagero do vassalo português no intuito de trazer autonomia ao Rio de Janeiro diante do governo-geral de Salvador do que a comunicação de fato levar mais de um ano para se concretizar.

Certamente existiam dificuldades na navegação pela costa do Estado do Brasil, como bem assinala Alencastro, mas acreditamos ter conseguido demonstrar que era constante a comunicação entre o norte e o sul da colônia. O sentido de tempo era diferente em um período balizado pelas embarcações, mas a troca de informações acontecia com frequência suficiente para que não só a administração, como também o envio de notícias e pedidos de pagamento, se concretizasse.

Conclusão

Por meio das missivas de um grande prestador de serviços, analisamos a importância da escrita de cartas na Idade Moderna e especialmente no interior do Império português. O trabalho desse governador-geral só foi possível graças às missivas enviadas e recebidas de Portugal, que traziam ordens e direcionamentos e voltavam com dúvidas, pedidos e informações, fundamentais para a administração da colônia do outro lado do Atlântico. Vimos ainda que as comunicações se davam não só entre as capitânicas do Estado do Brasil, mas também entre outras colônias do Império. A única maneira de sanar a curiosidade dos vassalos espalhados pelos mares era por meio das missivas, que levavam notícias do reino que eram repassadas para oficiais em diferentes localidades.

O envio dessas cartas, tanto as de Lisboa como as enviadas para lá, ainda conta com poucos estudos. As cartas para Portugal, obviamente, não tinham outra opção de envio além de enfrentar o Atlântico em embarcações. Mesmo as enviadas ao interior do Estado do Brasil contavam na maioria das vezes com as correntes marítimas e com o vento para chegar às capitânicas do sul, devido às distâncias.

Conseguimos demonstrar ainda que, devido à urgência dos problemas a ser resolvidos, um oficial poderia ser enviado exclusivamente para esse fim e esperar a resposta do destinatário. Também encontramos indicações de que as missivas para a capitania de São Vicente e suas vilas chegavam ao Rio de Janeiro ou ao Espírito Santo e, de lá, seu governador ou capitão-mor deveria fazer com que chegassem aos seus destinos mais ao sul.

Com este texto, quisemos por fim analisar como o governador-geral se valia de diferentes meios para que suas cartas chegassem às mãos dos oficiais a quem eram endereçadas. Se havia embarcação apenas para uma capitania, ele se esforçava para que ela levasse as cartas a todos os vassallos com quem tinha de se comunicar, cabendo ao governador ou capitão que as recebesse encaminhá-las aos demais oficiais.

A relação entre essas capitanias e mesmo entre o Estado do Brasil e Lisboa parece-nos mais dinâmica quando analisamos um momento específico da História, como o governo-geral de Francisco Barreto e sua correspondência. Suas cartas nos fazem compreender as diferentes maneiras de se fazer ouvir pelos cantos do Império português.

*Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo. Este texto é parte integrante da dissertação de mestrado de título *A circulação e a escrita de cartas do governador-geral do Estado do Brasil Francisco Barreto (1657-1663)*. A pesquisa contou com financiamento da FAPESP.

¹ *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* (DHBN). Volume 4. Correspondência dos governadores gerais: Conde de Castello Melhor; Conde de Athouguia; Francisco Barreto. Rio de Janeiro: Augusto Porto & C, 1928, p. 15. Carta para o governador João Fernandes Vieira [que na verdade nunca foi governador, e sim capitão-geral]. Bahia, 24 de julho de 1657. Citaremos os Documentos Históricos apenas como DHBN, indicando, quando houver, data diferente de publicação.

² GÓMEZ, Antonio Castillo. “Como o polvo e o camaleão se transformam. Modelos e práticas epistolares na Espanha moderna”. In: BASTOS, Maria Helena Câmara, CUNHA, Maria Teresa Santos e MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (Orgs.). *Destino das letras: História, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: Editora UPF, 2002, p. 14.

³ GÓMEZ, Antonio Castillo. Op. cit., p. 15.

⁴ GÓMEZ, Antonio Castillo. *Entre la pluma y la pared: Una historia social de la escritura en los Siglos de Oro*. Madrid: Ediciones Akal, 2006, p. 29.

⁵ CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. *A prática epistolar moderna e as cartas do vice-rei D. Luís de Almeida, o marquês do Lavradio – Sentir, escrever e governar (1768-1779)*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 23.

⁶ BOUZA, Fernando. “Introducción. Escritura de Cartas”. In: *Cultura epistolar en la alta Edad Moderna*. Usos de la carta y de la correspondencia entre el manuscrito y el impreso. Cuadernos de Historia Moderna Anejos. Madrid: Publicaciones Universidad Complutense de Madrid, 2005, pp. 9-10.

⁷ BOUZA, Fernando. *Corre manuscrito*. Una Historia cultural del Siglo de Oro. s/l: Marcial Pons, 2001. p. 140.

⁸ BOUZA, Fernando. Op. cit, p. 72.

⁹ MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis e LISBOA, João Luís. “A cultura escrita nos espaços privados”. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (Org.). *História da vida privada em Portugal: A Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 376.

¹⁰ SANTOS, Marília Nogueira dos. “A escrita do império: notas para uma reflexão sobre o papel da correspondência no império português no século XVII”. In: SOUZA, Laura de Mello e, FURTADO, Junia Ferreira e BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 176.

¹¹ RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas*. Monarcas, vassallos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008, p. 20.

¹² Como já tratamos em outro artigo, apesar das indicações de seu nascimento no Peru, o próprio Francisco Barreto tentara esconder sua origem, afirmando ser filho de uma D. Isabel de Borja e natural da Vila de Madrid, “atitude que provavelmente pretendia esconder a sua bastardia de origem”. Ver em: MENDES, Caroline Garcia e COSENTINO, Francisco Carlos. “‘Ele valia um exército...’. Carreira, trajetória social e governação de Francisco Barreto de Meneses, governador-geral do Estado do Brasil. *LPH. Revista de História*, no 20-1, Ouro Preto, 2010. p. 262. Disponível em: http://www.ichs.ufop.br/lph/imagens/stories/REVISTA_LPH_N_20_1.pdf.

¹³ Nossa dissertação conta com mais informações sobre a biografia de Francisco Barreto – dados encontrados nos arquivos portugueses que discorrem sobre sua vida após retornar ao Reino. Para este artigo, contudo, nos deteremos apenas nas questões relacionadas ao período em que atuou como governador-geral do Estado do

Brasil. Para mais informações, ver: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Testamento do general Francisco Barreto de Meneses*. Recife: IPHAN, 1976; PEREIRA, José Gerardo Barbosa. *A Restauração de Portugal e do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.

¹⁴ CUNHA, Mafalda Soares. “Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII)”. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: Ideias e práticas políticas no Império Português. Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 72.

¹⁵ CUNHA, Mafalda Soares. Op. cit, p. 73.

¹⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Elites e poder: Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. 3ª edição. Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2012, p. 84.

¹⁷ DHBN, vol. 5, “Carta para Pedro de Mello Governador do Rio de Janeiro acerca de lhe dar a boa vinda”, p. 146.

¹⁸ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Op. cit, p. 90. Para mais informações sobre a importância do governo-geral no Estado do Brasil, ver também: COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII): Offícios, regimentos, governação e trajetórias*. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: Fapemig, 2009; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)”. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda Baptista e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Orgs.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 285-315.

¹⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 57.

²⁰ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção Relação da Bahia; Código do fundo: 83. Códice 538, vol. 2, Registro de cartas régias. ff. 33-33v.

²¹ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento. Os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Trad. Vanda Anastácio. Lisboa: Difel, 1998. p. 55.

²² RUSSEL-WOOD, A. J. R. Op. Cit. p. 56.

²³ Na última carta das cópias encontradas na sessão de manuscritos da Biblioteca Nacional, aparece a seguinte informação: “Com as fragatas que despachei em 21 de maio deste ano (...)”. Carta para Sua Majestade acerca do tributo. Bahia, 24 de setembro de 1662. “Carta para Sua Majestade acerca do tributo”. Sessão de Manuscritos BN RJ Códice II-30, 29,007, n.º 12 f. 15v.

²⁴ DHBN. vol. 4, p. 316. “Carta para Sua Majestade acerca do Tenente Antonio Jacome Beserra”. Bahia, 30 de novembro de 1657; “Carta para Sua Majestade acerca de Bento Bandeira de Mello”. Bahia, 23 de dezembro de 1657, p. 319.

²⁵ DHBN, vol. 7. Portarias dos Governadores-Gerais: Francisco Barreto, Conde de Óbidos; Alexandre de Souza Freire. Augusto Porto & C, 1929, p. 59. Portaria que se passou para se fazer a baldeação de navios. Bahia, 20 de maio de 1861 (sic). Todos os documentos desse volume são do século XVII, o que indica erro de digitação.

²⁶ DHBN vol. 7 p. 60. Ordem que se passou para se embarcarem as caixas que estiverem nos Trapiches nas duas naus do comboio, Genovesa grande e São Lourenço. Bahia, 28 de maio de 1661.

²⁷ MELLO, Antonio José Gonsalves de. Op. cit, p. 20. Segundo Gonsalves de Mello, no ano de 1663, o governador-geral era proprietário da “quarta parte da fragata São Francisco, de que era mestre Estevão Coronel; esse Estevão Coronel era francês, casado com Maria de Jour e cunhado do mercador Pedro de Jour, de Lisboa; (...) [fragata] avaliada em 15.000 cruzados ou 6:000\$, sendo, portanto, a parte de Barreto no montante de 1:500\$”; também era sua a “metade da fragata Rainha dos Anjos, de que era capitão Henrique José”.

²⁸ Sessão de Manuscritos Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Códice II-30,29,007 n.o 12 f. 6v-7.

²⁹ DHBN, vol. 5, p. 192. “Carta para o Governador Pedro de Mello acerca das patentes, e soldo, e novas que vieram do Reino”. Bahia, 20 de janeiro de 1663.

³⁰ DHBN, vol. 5, p. 114. “Carta para Salvador Correa de Sá... de Portugal”. Bahia, 3 de dezembro de 1660.

³¹ DHBN, vol. 4, p. 14. “Carta para o governador de Pernambuco André Vidal de Negreiros”.

³² DHBN, vol. 4, pp. 309-310. “Carta para Sua Majestade acerca da taxa dos açúcares, que Sua Majestade mandava impor Bahia, 1 de Agosto de 1657”. Essa carta também se encontra disponível em: “Projeto Resgate Luiza da Fonseca Caixa 14” (doc. 1684), e apresenta os anexos mencionados por Barreto ao longo da missiva.

³³ Entendemos que a primeira carta possuía a indicação de como seriam enviadas as seguintes. A primeira missiva transcrita nos Documentos Históricos, do dia anterior a esta, possui o seguinte texto: “Foi a primeira via com o galeão Nossa Senhora do Populo, Mestre Francisco Gonçalves Ferreira; a segunda com o Mestre da fragata de Salvador Correa, Antonio Fernandes Pedroso; a terceira via com Assenso Martins; todos partiram em 8 de agosto de 1657”. In: DHBN, vol. 4, p. 303. “Carta para Sua Majestade acerca de haver entregue o Sr. Francisco Barreto o Governo de Pernambuco a André Vidal de Negreiros”. Bahia, 31 de julho de 1657.

³⁴ DHBN, vol. 4, p. 309.

³⁵ As cartas originais não foram localizadas. O que existe na sessão de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro são os códices nos quais o secretário copiava todas as cartas enviadas por Francisco Barreto (e pelos demais governadores-gerais e vice-reis do Estado do Brasil). Um códice original está localizado em: 07,01,029. As cópias em alçaço nas quais estão baseadas as transcrições relativas a Francisco Barreto: volume 4 dos Documentos Históricos códice 07, 03, 054 fora de consulta (antigo I-4,3,57); volume 5: 07, 01, 031. Na sessão de manuscritos da BNRJ há ainda uma cópia em folhas de alçaço de vinte e uma cartas de Barreto ao rei que não constam nos Documentos Históricos. Essas cartas se iniciam em 1662, sendo que as missivas dos Documentos Históricos terminam no ano de 1661, o que pode ser um indicativo de que essa cópia seja “parte” da primeira cópia em folhas de alçaço. Localização: II-30, 29,007, nº 012.

³⁶ FRAZÃO, Gabriel Almeida. *Da corte para a Bahia: a correspondência de Antônio Vieira e suas relações de sociabilidade*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2005. APUD. SANTOS, Marília Nogueira dos. *Escrevendo cartas, governando o império*. A correspondência de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho no governo-geral do Brasil (1691-1693). Dissertação de mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007, p. 87.

³⁷ Cartas do Senado, 1638-1673. In: *Documentos Históricos do Arquivo Municipal*. Salvador: Prefeitura do município de Salvador, vol. 1, 1951, p. 113. Apud SANTOS, Marília Nogueira dos. Op. cit., p. 31.

³⁸ Sobre as desavenças entre Francisco Barreto e André Vidal de Negreiros, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*, 2ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2003, pp. 34-40.

³⁹ DHBN, vol. 4, pp. 12-13. “Carta para André Vidal de Negreiros Governador de Pernambuco acerca da mudança de sua pessoa, e mais Tribunais para a vila de Olinda”. Bahia, 15 de julho de 1657.

⁴⁰ DHBN. *Pernambuco e outras capitânias do norte*. Cartas e ordens 1727-1732. Senado da Câmara da Bahia 1657-1696, vol. 86. Biblioteca Nacional. Divisão de obras raras e publicações, 1949, p. 157. “Carta para os oficiais da Câmara desta Cidade acerca dos oficiais que são necessários para cobrar o tributo”. Paço, 22 de novembro de 1662.

⁴¹ Sobre a relação, ainda que inicial, entre os vereadores e o governador-geral, há carta da Câmara da Bahia agradecendo o rei pela nomeação de Francisco Barreto: “Rendemos a Vossa Majestade as graças pela mercê que nos fez de nos dar por nosso governador a pessoa de Francisco Barreto, a quem este estado e principal esta cidade deve tanto, pois nos livrou do inimigo holandês que tantos anos tiranizou estas praças (...) temos que lhe agradecer porque sua limpeza é grande, o amor e cortesia com que nos trata maior e esperamos se multipliquem neles muitas coisas da repetição de nosso agradecimento”. Bahia, Câmara 4 de agosto de 1657. In: *Projeto Resgate*. Coleção Luiza da Fonseca. Conselho Ultramarino, Caixa 14 doc, 1690.

⁴² DHBN, vol. 3, p. 397. “Carta para o Capitão-Mor da Capitania de São Vicente Manuel de Souza da Silva acerca dos Índios que se mandam vir daquela Capitania”. Bahia, 21 de setembro de 1657.

⁴³ DHBN, vol. 5, p. 110. “Para o Ouvidor-Geral da repartição do Sul digo para o Governador do Rio de Janeiro Thomé Correa de Alvarenga”. Bahia, 20 de março de 1659.

⁴⁴ DHBN vol. 3 p. 390. Carta para o Capitão-mor do Espírito Santo. Bahia, 13 de julho de 1657.

⁴⁵ DHBN, vol. 5, p. 149. “Carta para Pedro de Mello Governador do Rio de Janeiro acerca da contribuição dos 4 milhões, e dote da Sra. Rainha da Grã Bretanha”. Bahia, 29 de abril de 1662.

⁴⁶ Não só o Tratado de Haia, que prometia uma grande indenização para as províncias unidas como também o casamento da infanta, além da guerra com a Espanha, deixaram Portugal e a rainha regente, D. Luísa, em grande dificuldade de honrar esses acordos. Ver mais em: XAVIER, Ângela Barreto e CARDIM, Pedro. “Uma vida penosa. A regência de D. Luísa”. In: _____ D. Afonso VI. s/l. *Temas e Debates*, 2008, pp. 89-129.

⁴⁷ DHBN, vol. 5, p. 154. “Carta para os Oficiais da Câmara da Vila de São Paulo acerca das contribuições”. Bahia, 29 de abril de 1662.

⁴⁸ DHBN, vol. 5, p. 167. “Carta para o Capitão-Mor do Espírito Santo”. Bahia, 15 [ou 18] de setembro de 1662.

⁴⁹ BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil Angola*. 1602-1686. São Paulo: Ed. Nacional; Ed. da Universidade de São Paulo, 1973. pp. 331-332.

⁵⁰ DHBN, vol. 4, p. 17. “Carta para o Capitão-Mor da Paraíba Mathias de Albuquerque Maranhão”. Bahia, 4 de fevereiro de 1659.

⁵¹ DHBN, vol. 5, p. 94. “Carta para o Ouvidor do Rio de Janeiro Pedro de Mustre Portugal”. Bahia, 26 de fevereiro de 1658.

⁵² DHBN, vol. 5, p. 97. “Carta para o Ouvidor do Rio de Janeiro Pedro de Mustre Portugal”. Bahia, 2 de janeiro de 1659.

⁵³ DHBN, vol. 5, p. 98. “Carta para o Governador do Rio de Janeiro, em resposta de varias matérias, e outras resoluções”. Bahia, 20 de janeiro de 1659.

⁵⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. cit., p. 60. *Itálico nosso*.